

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO N° : 10580.007525/92-55  
RECURSO N° : 88.549  
MATÉRIA : PASEP - EXS: DE 1983 A 1992  
RECORRENTE : CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA  
RECORRIDA : DRF EM BELO HORIZONTE(MG)  
SESSÃO DE : 07 DE JANEIRO DE 1997  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

**PASEP - LANÇAMENTO - DECADÊNCIA** - Decai em 5 (cinco) anos da data da ocorrência do fato gerador, o direito de constituir crédito tributário correspondente a Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

**PASEP - LANÇAMENTO - INCONSTITUCIONALIDADE** - Os lançamentos efetuados com fundamento nos decretos-lei nº 2.445/88 e 2.449/88 foram cancelados pelo artigo 17, inciso VIII, da Medida Provisória nº 1.175/95 e reedições posteriores.

**PASEP - BASE DE CÁLCULO** - A base de cálculo da contribuição para o PASEP é montante da receita orçamentaria, inclusive transferências e receita operacional. Não integra a receita operacional, as subvenções para investimentos conforme interpretação contida no Parecer Normativo CST nº 112/78.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por  
**CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA.**

**ACORDAM** os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de decadência relativamente aos fatos geradores anteriores a 1º de agosto de 1987 e, no mérito, dar provimento parcial, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
EDISON PEREIRA RODRIGUES  
PRESIDENTE

  
KAZUKI SHIOBARA  
RELATOR

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

RECURSO N° : 88.549  
RECORRENTE : CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA

FORMALIZADO EM: 09 JAN 1997  
RECURSO DA FAZENDA NACIONAL N° RP/101-0.214

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros:  
FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, RAUL  
PIMENTEL, SANDRA MARIA FARONI e CELSO ALVES FEITOSA. Ausente,  
justificadamente, Conselheiro JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

RECURSO N° : 88.549  
RECORRENTE : CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA

**R E L A T Ó R I O**

A empresa de economia mista **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 17.281.106/0001-03, inconformada com a decisão de 1º grau proferida pelo Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte(MG), apresenta recurso voluntário objetivando a reforma da decisão recorrida.

A exigência tem origem no Auto de Infração, de fls. 01, e de seus anexos, através do qual foi constituído crédito tributário de contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor, no montante de 475.939,10 UFIR e que com os acréscimos legais relativos a multa de ofício, juros de mora e encargos da TRD, totalizam 1.570.979,50 UFIR.

Na decisão de 1º grau, de fls. 250/255, a exigência foi mantida na sua totalidade, sob o fundamento de que o direito 1a ação para a cobrança da contribuição devida ao PASEP prescreve no prazo de dez anos e, no mérito, foi negado o provimento, por entender que todas as receitas auferidas, inclusive juros e variações monetárias, constituem receitas operacionais e integram a base de cálculo da mesma contribuição e que foi indevida a exclusão do valor do ICM da base de cálculo, a partir de dezembro de 1989.

No recurso voluntário, de fls. 265/278, a recorrente reitera os argumentos expendidos na impugnação, argüindo a preliminar de decadência quinquenal e, no mérito, que as subvenções para investimentos não integram a receita operacional e, portanto, não podem ser incluídos na base de cálculo da contribuição para o PASEP. Sobre a exclusão do valor do ICM da base de cálculo, a partir de dezembro de 1989, argumenta que o Decreto-lei nº 2.445/88

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO Nº : 101-90.619

determinou a exclusão do valor do IPI da mesma base de cálculo e que, em sendo o ICM um tributo de mesma natureza, deveria ser, também, excluída da base de cálculo.

É o relatório:

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

**V O T O**

**Conselheiro KAZUKI SHIOBARA - Relator**

O recurso voluntário reúne os pressupostos de admissibilidade e portanto deve ser conhecido por esta Câmara.

Procede a arguição da preliminar de decadência.

De fato, o artigo 10 do Decreto nº 2.052/83 diz respeito a prescrição do direito de cobrança que é diferente da decadência que é a perda do direito de constituir o crédito tributário relativamente a tributos e por equiparação às contribuições que tem a mesma natureza dos tributos.

A contribuição para o PASEP é lançada na modalidade de lançamento por homologação e, portanto, a decadência está regida pelo artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional e o termo inicial para a contagem do prazo decadencial é o dia da ocorrência do fato gerador.

No caso dos autos, como o lançamento foi efetuado no dia 31 de julho de 1992, só poderia constituir crédito tributário correspondente ao período de 1º de agosto de 1987 a 31 de julho de 1992 e assim, para os fatos geradores ocorridos anteriormente a 31 de julho de 1987 não mais poderia ser objeto de lançamento.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

Portanto, deve ser acolhida a preliminar de decadência do direito de a Fazenda Pública da União de constituir crédito tributário no período anterior a 31 de julho de 1987.

Quanto ao lançamento propriamente dito, após a Constituição Federal promulgada em 1988, as modificações introduzidas no Sistema Tributário Nacional e na Seguridade Social causaram um impacto nunca visto e muitos contribuintes procuraram o Poder Judiciário para serem reconhecidos os seus pontos de vista contra os decretos-lei expedidos pelo Poder Judiciário ou contra as leis aprovadas pelo Poder Legislativo.

A contribuição para o PASEP que fora criada pela Lei Complementar nº 08/70, foi alterada pela Lei complementar nº 26/75 e o Fundo para PIS ou fundido com o Fundo para PASEP passando a denominar-se FUNDO PIS/PASEP e a legislação que rege a cobrança das duas contribuições foi unificada, inclusive, quando da expedição dos Decretos-lei nº 2.445/88 e 2.449/88.

Estes decretos-lei foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal já baixou a Resolução nº 49/95 suspendendo a execução dos mesmos.

Além disso, a Medida Provisória nº 1.175, em seu artigo 17, inciso VIII, cancelou os lançamentos fundados nos Decretos-lei nº 2.445/88 e 2.449/88 e, assim, a exigência contida nestes autos a partir de 1º de julho de 1988 não pode prosperar.

Assim, devem ser canceladas as exigências correspondentes ao período de janeiro de 1983 a julho de 1987, face a decadência do direito de a Fazenda Pública da União de constituir crédito tributário e de julho de 1988 a dezembro de 1988, em virtude da Medida Provisória nº 1.175/95 e reedições posteriores.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

Restaria, assim, o lançamento relativamente ao período de agosto de 1987 a junho de 1988 em que a autoridade lançadora entende que a base de cálculo para incidência da contribuição para o PASEP, abrangeia além da receita de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, outras receitas, como venda de gabaritos, de caixas de proteção, de editais e serviços de cadastramento, serviços de assistência técnica e de obras especiais a terceiros, de juros, de correção monetária, de variação monetária ativa, multas contratuais cobradas de empreiteiras e fornecedores e, ainda, de indenizações e resarcimento de despesas.

Consoante levantamento efetuado pelos autuantes(fls. 196/200), a alegada receita operacional bruta, no período mencionado de agosto de 1987 a junho de 1988, totalizariam: NCz\$ 13.648.815.770,12, discriminadas por rubricas como segue:

RECEITAS IMPUTADAS COMO OPERACIONAIS	VALOR EM NCz\$
SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO .....	11.757.096.123,50
VENDAS DE GABARITOS E RECEITAS PROLONGAMENTOS	117.497.984,21
VENDAS DE CAIXAS DE PROTEÇÃO .....	14.488.205,76
VENDAS DE EDITAIS E CADASTRAMENTO .....	9.740.744,64
FINANCEIRAS: JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA .....	827.117.693,91
JUROS E VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA ....	890.815.510,74
SERVIÇOS TÉCNICOS: ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	14.870.233,29
OBRAS ESPECIAIS A TERCEIROS ....	2.738.770,41
INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS .....	4.355.485,57
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS .....	11.986,08
MULTAS CONTRATUAIS/EMPREITEIRAS E FORNECEDORES	10.083.032,01
<b>TOTAL .....</b>	<b>13.648.815.770,12</b>

As parcelas em que a recorrente entende sejam consideradas como não operacionais, ou sejam; como subvenções de particulares, usuários de água e esgoto, os autuantes descreveram os fatos apontados como irregulares, nos seguintes termos:

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

*"Até janeiro de 1984, as receitas de vendas de Gabaritos, de Caixa de Proteção eram contabilizadas a crédito da conta Receitas Operacionais/Ligações - código 31.122, sendo incluídas no total da conta 'Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto'.*

*A partir de fevereiro de 1984, foi reformulado o procedimento contábil, e as referidas receitas passaram a ser registradas da seguinte forma:*

*Vendas de Gabaritos - contabilizadas a crédito de 'Reserva de Subvenção - Particulares', conta 23.214 e, posteriormente eram adicionadas ao Lucro Real;*

*Vendas de Caixa de Proteção - contabilizadas a crédito de Receita Não Operacional/Cessão de Caixas de Proteção - código 32.97;*

*As receitas para a construção de prolongamento de redes de água/esgoto, e as receitas de ligações prediais de água/esgoto, que eram contabilizadas a crédito da conta Receitas Operacionais/Ligações - código 31.122, a partir de janeiro/84 e julho/89, respectivamente, tiveram o seu procedimento contábil reformulado, e passaram a ser registrada da seguinte maneira:*

*A partir de janeiro/84, as receitas para a construção de prolongamentos de redes de água e esgoto, foram contabilizadas a crédito da conta Reserva de Subvenção - Particulares. A partir de julho/89, as receitas de ligações prediais de água e esgoto, foram contabilizadas também a crédito da conta Reserva de Subvenção - Particulares."*

Alega a recorrente que o Parecer Normativo CST nº 112/78 dá respaldo ao procedimento adotado pela autuada visto que os valores mencionados tem a natureza de subvenção para investimento porquanto tanto os Gabaritos (suporte para hidrômetros) como as Caixas de Proteção (proteção de hidrômetros) e os prolongamentos de redes de água/esgoto são investimentos necessários para a obtenção da receita operacional pelo fornecimento de água e coleta de esgotos.

Entende a recorrente que o fato de este investimento ser coberto ou pago pelo usuário da água e esgoto não desqualifica a natureza de investimento.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

A tese esboçada pela recorrente parte de uma premissa falsa. A premissa adotada pela mesma é a de que a receita operacional é aquela originada da operação principal da empresa que é o fornecimento de água e coleta de lixo.

A legislação tributária tem uma definição própria que difere do entendimento genérico ou popular pois, mesmo com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 1.598/77, define a receita operacional e, por consequência, o lucro operacional, nos seguintes termos:

*"Art. 11 - Será classificado como lucro operacional o resultado das atividades, principais ou acessórias, que constituam objeto da pessoa jurídica.*

*Art. 12 - A receita bruta das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens na operações de conta própria e o preço dos serviços prestados."*

Portanto, são operacionais as receitas advindas de atividade principal e acessória e, no caso dos autos, embora a atividade principal seja o fornecimento de água e coleta de esgoto, a recorrente aufera receitas de atividades acessórias, tais como: venda de Caixa de Proteção, de Suporte para Hidrômetros, de prestação de serviços de Assistência Técnica, e de, juros, multas, indenizações, correção monetária e variação monetária ativa.

No Regulamento do Imposto sobre a Renda - RIR/80, as receitas financeiras e variações monetárias estão incluídas no Capítulo II - LUCRO OPERACIONAL - Seção III - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS.

Os RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS constam do Capítulo III onde discriminam os seguintes tópicos:

Seção I - Ganhos e Perdas de Capital

Seção II - Reavaliação de Bens

Seção III - Contribuições de Subscritores de Valores Mobiliários

Seção IV - Subvenções para Investimentos e Doações

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

Seção V - Cessão de Direitos ao Exercício de Atividade Financeira

Seção VI - Capital de Seguro por Morte do Sócio

Com exceção das receitas advindas de vendas de Gabaritos, de Caixa de Proteção de Hidrômetros e de receitas de prolongamento de rede de água e esgoto que, eventualmente poderia ser classificada como SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS, os demais itens constituem receitas de venda de serviços de atividades acessórias e como tal integram a receita e o lucro operacional.

Quanto a alegada subvenção para investimentos e que a fiscalização e a decisão de 1º grau entendeu que se trataria de venda de gabinete, caixas de proteção, tubos e serviços de instalação, realmente, comporta dúvidas.

A fiscalização tem razão quando afirma que o usuário dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto não teve qualquer escolha ou faculdade de optar pela doação ou oferecer como subvenção, as caixas de proteção, os gabinete ou tubos e serviços de prolongamento mas, por outro lado, não há como negar o fato de que os materiais utilizados continuam sendo de propriedade da recorrente e para configurar esta verdade a autuada contabilizou a contrapartida como Reserva de Subvenção.

Assim, embora o usuário tenha pago, compulsoriamente, todos os encargos correspondentes ao abastecimento de água ou coleta de esgoto, todos os materiais utilizados até o hidrômetro, inclusive, não pertencem ao usuário e se não pertencem, não há como configurar a venda de materiais.

Nestas condições, entendo que tem razão a recorrente e, portanto, os recebimentos pela cessão de gabinete, caixas de proteção e pelo serviços de prolongamento de rede pública de água ou esgoto, pode ser admitido como subvenção para investimentos e em conformidade com a interpretação dada pela administração fiscal, no Parecer Normativo CST n 112/78.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N° : 10680.007525/92-55  
ACÓRDÃO N° : 101-90.619

De todo o exposto e tudo o mais que consta dos autos, voto no sentido de acolher a preliminar de decadência relativamente a fatos geradores ocorridos antes de 1º de agosto de 1987 e, no mérito, cancelar o lançamento correspondente ao período de julho de 1988 a dezembro de 1991 e, ainda, excluir da base de cálculo da contribuição PASEP, a parcela de NCz\$ 95.339.992,38, no período de agosto de 1987 a junho de 1988.

Sala das Sessões - DF, em 07 de janeiro de 1997

**KAZUKI SHIOBARA**  
**RELATOR**